



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
AV. MARECHAL CÂMARA, 210, 5º ANDAR
TELS.: (21) 2240-3173
WWW.IABNACIONAL.ORG.BR
IAB@IABNACIONAL.ORG.BR

0 - 18/12/2019
O ponto de vista foi
apresentado para a Comissão
de Constituição e Direito
Constitucional
do STF.
10/12/2019
PABLO GONÇALVES

PARECER

Ementa: Proposta de Emenda Constitucional 108/2019.
Alteração da natureza jurídica dos Conselhos de
Classe. Autarquia. Entidade Privada. Poder de Polícia.
Delegação do Poder de Polícia. Regime Celetista.
Inconstitucionalidade parcial.

RELATÓRIO

1- Trata-se de consulta formulada a respeito da constitucionalidade e legalidade do teor da Proposta de Emenda Complementar 108/2019 (PEC 108/2019), para incluir no texto da Constituição Federal dois artigos: o 174-A. – que trata da liberdade do exercício de qualquer profissão, exceto aquelas que causem risco de dano concreto à vida, à saúde, à segurança ou à ordem social; e o 174-B – que tira do setor público todos os conselhos profissionais.

2- A PEC 108/2019 foi proposta pelo Poder Executivo Federal e enviada à Câmara dos Deputados com o intuito de alterar a natureza jurídica dos conselhos profissionais, sendo justificada a análise do tema por esta Procuradoria, notadamente nas questões pertinentes à Ordem dos Advogados do Brasil.

3- Segue o texto da proposta:

1



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
AV. MARECHAL CÂMARA, 210, 5º ANDAR
TELS.: (21) 2240-3173
WWW.IABNACIONAL.ORG.BR
IAB@IABNACIONAL.ORG.BR

“Art. 174-A. A lei não estabelecerá limites ao exercício de atividades profissional ou obrigação de inscrição em conselho profissional sem que a ausência de regulação caracterize risco de dano concreto à vida, à saúde, à segurança ou à ordem social.” (NR)

“Art. 174-B. Os conselhos profissionais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que atuam em colaboração com o Poder Público.

§ 1º O pessoal dos conselhos profissionais sujeita-se às regras da legislação trabalhista.

§ 2º Lei federal disporá sobre as seguintes matérias relativas aos conselhos profissionais:

I - a criação;

II - os princípios de transparência aplicáveis;

III - a delimitação dos poderes de fiscalização e de aplicação de sanções;
e

IV - o valor máximo das taxas, das anuidades e das multas.

§ 3º É vedado aos conselhos profissionais promover, facilitar ou influenciar a adoção de práticas anticompetitivas em sua área de atuação.

§ 4º A imunidade de que trata a alínea “c” do inciso VI do caput e o § 4º do art. 150 se estende aos conselhos profissionais.” (NR)

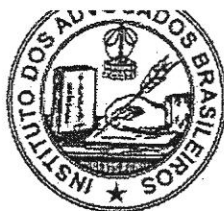
Brasília,

4- Anexo a este parecer está o texto da A PEC 108/2019, bem como a exposição de motivos.

5- Em apertada síntese, este é o relatório necessário.

FUNDAMENTAÇÃO

6- Após análise detida dos fatos e elementos é possível fazer as considerações que seguem:



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
AV. MARECHAL CÂMARA, 210, 5º ANDAR
TELS.: (21) 2240-3173
WWW.IABNACIONAL.ORG.BR
IAB@IABNACIONAL.ORG.BR

DO ART. 174-A DA PEC 108/2019

7- O art. 174-A da PEC 108/2019 diz que a *“lei não estabelecerá limites ao exercício de atividades profissional ou obrigação de inscrição em conselho profissional sem que a ausência de regulação caracterize risco de dano concreto à vida, à saúde, à segurança ou à ordem social”*.

8- De forma inicial é importante destacar o papel dos Conselhos Profissionais. São instituições com relevante missão constitucional de zelar pela ética e correção do exercício profissional, tendo por norte sempre o interesse público.

9- A norma do art. 5º, XIII, da CRFB/88 determina que *“é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”*. Trata-se de norma de eficácia contida, devendo as leis específicas de cada carreira, determinar a qualificação, os requisitos e as condições para o seu exercício, dentre tais elementos, a formação acadêmica e o registro do título de formação junto aos Conselhos respectivos.

10- Embora o referido comando constitucional impeça o Estado de opor qualquer tipo de embaraço ao direito dos cidadãos de obter habilitação para a prática profissional, quando o exercício de determinada profissão transcende os interesses individuais e implica riscos para a coletividade, "cabe limitar o acesso à profissão em função do interesse coletivo". "O constituinte limitou as restrições de liberdade de ofício às exigências de qualificação profissional", afirmou o ministro Marco Aurélio, nos autos do RE 603583, ao citar o próprio inciso XIII,



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
AV. MARECHAL CÂMARA, 210, 5º ANDAR
TELS.: (21) 2240-3173
WWW.IABNACIONAL.ORG.BR
IAB@IABNACIONAL.ORG.BR

artigo 5º, da Carta Magna, que prevê para o livre exercício profissional o respeito às qualificações estabelecidas em lei.

11- Outra norma constitucional que regula o tema é o art. 21, XXIV, da CFRB/88 que diz que compete à União organizar, manter e executar a inspeção do trabalho. Dessa determinação é possível extrair a competência para executar a polícia administrativa da profissão, conferindo-lhes o direito “encargo” de estabelecer as condições necessárias à prática profissional dentro de suas áreas específicas de atuação.

12- Em outras palavras: **foi a própria Constituição Federal que autorizou que o legislador estipulasse requisitos para o exercício de profissões**, atribuindo à União a competência legislativa nessa matéria, para a organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões direito norma decorrente do texto do artigo 22, inciso XVI.

13- Também cabe ressaltar que a criação das entidades da administração indireta pressupõe sempre a edição de uma lei específica. Com efeito, o inciso XIX do art. 37 da Constituição, com a redação dada pela EC 19/1998, assim estabelece que *“somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;”*.

14- No exercício de suas funções constitucionais, os Conselhos exercem verdadeira atividade policial com relação aos controles sobre as atividades profissionais. Para o exercício de seu mister, os conselhos se utilizam

4



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
AV. MARECHAL CÂMARA, 210, 5º ANDAR
TELS.: (21) 2240-3173
WWW.IABNACIONAL.ORG.BR
IAB@IABNACIONAL.ORG.BR

da prerrogativa de poder sancionar as pessoas por eles fiscalizadas, como forma de fazer prevalecer suas atribuições, em atendimento ao interesse público.

15- Para exemplificar, se torna imperiosa a abordagem da nossa classe: a advocacia. No que diz respeito à advocacia e inscrição na OAB, o legislador federal estabeleceu essas condições por meio da Lei nº 8.906/1994, diploma do qual destacam-se os artigos 3º, 8º, 10, conjugadas com as incompatibilidades dos arts. 27, 28, 29 e 30.

16- A Ordem dos Advogados do Brasil é a entidade máxima de representação, regulamentação e fiscalização dos advogados, atualmente com 1.247.442 (um milhão duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e dois) advogados inscritos em seus quadros, distribuídos em 27 Seccionais.

17- Desta maneira, a Constituição Federal ao consagrar como direito fundamental o livre exercício de qualquer profissão, atendidas as qualificações exigidas em lei. No caso da advocacia, a necessidade de inscrição e regulamentação, se tornando exceção ao preceito constitucional, se dá por sua relevância constitucional, somado ao imperativo ético que se impõe ao seu exercício da advocacia, com objetivo de preservar a dignidade da sociedade. Não se pode esquecer que a advocacia é profissão constitucionalmente tratada no artigo 133 da CRFB como função essencial à administração da justiça.

18- O exemplo trazido à baila serve para demonstrar o equívoco na redação da PEC. Pois se for para delegar ao Poder Legislativo a prerrogativa de dizer quais são as profissões que se enquadram dentre aquelas cuja atividade



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
AV. MARECHAL CÂMARA, 210, 5º ANDAR
TELS.: (21) 2240-3173
WWW.IABNACIONAL.ORG.BR
IAB@IABNACIONAL.ORG.BR

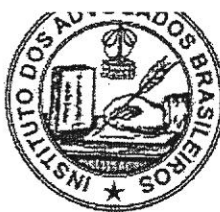
possam trazer risco de dano concreto à vida, à saúde, à segurança ou à ordem social, o texto magno atual já dá conta do desafio. Tanto é que hoje é por Lei Federal que se criam tais autarquias fiscalizadoras, e somente para profissões com impacto social relevante.

19- Por outro lado, se a PEC tenta delimitar com as expressões acima mencionadas apenas a necessidade de regulação para as áreas médicas e afins, de segurança, construção ou de “manutenção da ordem”, está instaurando um estado de caos diante da infinidade de pessoas exercendo as mais diversas profissões sem quaisquer regulação, em afronta à exceção existente no artigo 5º, XIII da CRFB, em clara antinomia entre a norma existente, que é direito fundamental e cláusula pétrea, e a PEC proposta.

20- Diante disso é inconstitucional o texto do art. 174-A da PEC 108/2019, pois outros dispositivos da Carta Maior inviabilizam a tese de que profissões de relevância constitucional, como a advocacia, tenha seu exercício sem limites, e sem obrigação de inscrição em Conselho Profissional.

DO ARTIGO 174-B DA PEC 108/2019

21- O art. 174-B da PEC 108/2019 pretende alterar a natureza jurídica dos Conselhos Profissionais quando afirma que conselhos profissionais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que atuam em colaboração com o Poder Público.



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
AV. MARECHAL CÂMARA, 210, 5º ANDAR
TELS.: (21) 2240-3173
WWW.IABNACIONAL.ORG.BR
IAB@IABNACIONAL.ORG.BR

22- Em que pese a pretensão do texto da norma contida no art. 174-B da PEC 108/2019, o tema já foi enfrentando pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 1717 em 2002.

23- Há pouco tempo, o Poder Executivo pretendeu alterar a natureza jurídica dos Conselhos Profissionais, mudança idealizada por meio da Medida Provisória 1.154.36/97 e, ao final, transformado no art. 58 da Lei n. 9.649/98, norma cuja inconstitucionalidade foi declarada pelo STF na ADI 1717-6/DF, confirmando-se assim, a sua natureza pública.

24- Deste modo, o objetivo principal da PEC108/2019 — desobrigar os profissionais da inscrição em seus respectivos conselhos —, decorre do que já foi debatido e considerado inconstitucional na ADI 1717-6/DF.

25- Assim, a tentativa de suprimir ou diminuir o papel dos Conselhos Classe perante a sociedade brasileira significa suprimir um dos mais importantes instrumentos de defesa da sociedade na fiscalização profissional, engessando e silenciando as entidades.

DA NATUREZA JURÍDICA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

26- A Ordem dos Advogados do Brasil tem natureza jurídica híbrida, *sui generis* no rol de pessoas jurídicas no Direito brasileiro. De acordo com a Lei Federal nº 8.906/1994 (também conhecida como Estatuto da Advocacia e da OAB), a OAB presta serviço público, mas sem fazer parte da estrutura da Administração Pública, direta ou indireta, e nem com ela ter qualquer vínculo



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
AV. MARECHAL CÂMARA, 210, 5º ANDAR
TELS.: (21) 2240-3173
WWW.IABNACIONAL.ORG.BR
IAB@IABNACIONAL.ORG.BR

hierárquico. Tampouco recebe quaisquer recursos financeiros oriundos do Poder Público, mantendo seus cofres apenas com as anuidades cobradas de seus associados.

27- Assim, a OAB é serviço público independente, sem fins lucrativos, conforme declarado pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3026:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. § 1º DO ARTIGO 79 DA LEI N. 8.906, 2ª PARTE. "SERVIDORES" DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. PRECEITO QUE POSSIBILITA A OPÇÃO PELO REGIME CELESTISTA. COMPENSAÇÃO PELA ESCOLHA DO REGIME JURÍDICO NO MOMENTO DA APOSENTADORIA. INDENIZAÇÃO. IMPOSIÇÃO DOS DITAMES INERENTES À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA. CONCURSO PÚBLICO (ART. 37, II DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL). INEXIGÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A ADMISSÃO DOS CONTRATADOS PELA OAB. AUTARQUIAS ESPECIAIS E AGÊNCIAS. CARÁTER JURÍDICO DA OAB. ENTIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO INDEPENDENTE. CATEGORIA ÍMPAR NO ELENCO DAS PERSONALIDADES JURÍDICAS EXISTENTES NO DIREITO BRASILEIRO. AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA DA ENTIDADE. PRINCÍPIO DA MORALIDADE. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 37, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. NÃO OCORRÊNCIA. 1. A Lei n. 8.906, artigo 79, § 1º, possibilitou aos "servidores" da OAB, cujo regime outrora era estatutário, a opção pelo regime celetista. Compensação pela escolha: indenização a ser paga à época da aposentadoria. 2. Não procede a alegação de que a OAB sujeita-se aos ditames impostos à Administração Pública Direta e Indireta. 3. A OAB não é uma entidade da Administração Indireta da União. A Ordem é um serviço público independente, categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito brasileiro. 4. A OAB não está incluída na categoria na qual se inserem essas que se tem referido como "autarquias especiais" para pretender-se afirmar equivocada independência das hoje chamadas "agências". 5. Por não consubstanciar uma entidade da Administração Indireta, a OAB não está sujeita a controle da Administração, nem a qualquer das suas



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
AV. MARECHAL CÂMARA, 210, 5º ANDAR
TELS.: (21) 2240-3173
WWW.IABNACIONAL.ORG.BR
IAB@IABNACIONAL.ORG.BR

partes está vinculada. Essa não-vinculação é formal e materialmente necessária. 6. A OAB ocupa-se de atividades atinentes aos advogados, que exercem função constitucionalmente privilegiada, na medida em que são indispensáveis à administração da Justiça [artigo 133 da CB/88]. É entidade cuja finalidade é afeita a atribuições, interesses e seleção de advogados. Não há ordem de relação ou dependência entre a OAB e qualquer órgão público. 7. A Ordem dos Advogados do Brasil, cujas características são autonomia e independência, não pode ser tida como congênere dos demais órgãos de fiscalização profissional. A OAB não está voltada exclusivamente a finalidades corporativas. Possui finalidade institucional. 8. Embora decorra de determinação legal, o regime estatutário imposto aos empregados da OAB não é compatível com a entidade, que é autônoma e independente. 9. Improcede o pedido do requerente no sentido de que se dê interpretação conforme o artigo 37, inciso II, da Constituição do Brasil ao caput do artigo 79 da Lei n. 8.906, que determina a aplicação do regime trabalhista aos servidores da OAB. 10. Incabível a exigência de concurso público para admissão dos contratados sob o regime trabalhista pela OAB. 11. Princípio da moralidade. Ética da legalidade e moralidade. Confinamento do princípio da moralidade ao âmbito da ética da legalidade, que não pode ser ultrapassada, sob pena de dissolução do próprio sistema. Desvio de poder ou de finalidade. 12. Julgo improcedente o pedido.

(STF - ADI: 3026 DF, Relator: EROS GRAU, Data de Julgamento: 08/06/2006, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 29-09-2006 PP-00031 EMENT VOL-02249-03 PP-00478)

28- A OAB conquistou tal status, eminentemente, pela importância de seu papel histórico. Desde que foi criada - no ano de 1930 - e especialmente em tempos de turbulência política, a Instituição sempre se destacou no cenário nacional por sua postura independente e comprometida com a defesa do Estado de Direito e dos Direitos fundamentais¹. É por isso que a já referida Lei Federal 8.906/1994 definiu a missão institucional da OAB da seguinte forma:

¹ A história detalhada da OAB pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico:
<http://www.oabrp.org.br/s/paginas/25/Hist%C3%B3ria%20da%20OAB.html>



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
AV. MARECHAL CÂMARA, 210, 5º ANDAR
TELS.: (21) 2240-3173
WWW.IABNACIONAL.ORG.BR
IAB@IABNACIONAL.ORG.BR

Art. 44. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), **serviço público, dotada de personalidade jurídica e forma federativa**, tem por finalidade:

I - defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas;

II - promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

Deste modo a OAB, por ter sido considerada “única” e “especial” pelo Supremo, apesar de ser um conselho de fiscalização de profissão, não está sujeita ao controle imposto à administração pública. Pelo mesmo mecanismo pode, por exemplo, contratar funcionários sob o regime da CLT.

DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA PELOS CONSELHOS DE
CLASSE E DA POSSIBILIDADE SUA DELEGAÇÃO AO ENTE
PRIVADO

29- Os Conselhos de Classe exercem sua função constitucional mediante atuação delegada de interesse público e detêm competência para o exercício do poder de polícia. Nesse sentido, agem em busca do exercício profissional baseado no cumprimento de normas aplicáveis a cada profissão, bem como em obediência restrita à ética, sempre pautados pelo interesse coletivo e pelo princípio da legalidade.

30- Uma das alterações propostas pela PEC 108 é o fim da obrigatoriedade de inscrição nos Conselhos para o exercício de certas profissões, sob o fundamento de que as referidas entidades não devem integrar a estrutura da



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
AV. MARECHAL CÂMARA, 210, 5º ANDAR
TELS.: (21) 2240-3173
WWW.IABNACIONAL.ORG.BR
IAB@IABNACIONAL.ORG.BR

Administração Pública. Logo, o exercício profissional não deveria estar condicionado à prévia filiação.

31- Tal concepção acarreta em verdadeiro esvaziamento ou até de encerramento do chamado sistema nacional dos conselhos, já que o registro profissional seria facultativo e seria retirado o poder de polícia administrativa para fiscalizar as pessoas jurídicas e os maus profissionais, tendo como consequência direta a possibilidade de prejuízo sem precedentes para a sociedade nas diversas áreas e atividades profissionais.

32- O poder de polícia é inerente à atividade administrativa. A administração pública exerce poder de polícia sobre todas as condutas ou situações particulares que possam, direta ou indiretamente, afetar os interesses da atividade. Outrossim, é competente para exercer o poder de polícia administrativa sobre uma determinada atividade o ente federado ao qual a Constituição da República atribui competência para legislar sobre essa mesma atividade, para regular a prática dessa atividade.

33- A atuação da polícia administrativa pública no exercício do poder de polícia, em regra, é discricionária. Conforme ocorre sem exceção em nosso ordenamento jurídico, a discricionariedade da atuação administrativa é restrita, está limitada pela lei e pelo direito globalmente considerado, especialmente pelos princípios constitucionais administrativos. A atuação da polícia administrativa só será legítima se realizada nos estritos termos jurídicos, respeitados os direitos dos cidadãos, as prerrogativas individuais e as liberdades públicas asseguradas na Constituição e nas leis.



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
AV. MARECHAL CÂMARA, 210, 5º ANDAR
TELS.: (21) 2240-3173
WWW.IABNACIONAL.ORG.BR
IAB@IABNACIONAL.ORG.BR

34- Caso reste superada a natureza jurídica dos Conselhos de Classe como autarquias federais e da OAB como **autarquia federal *sui generis***, ainda que passem a ser considerados como entidades privadas é inquestionável a possibilidade de transferência ao particular do aspecto fiscalizador do poder polícia. Deste modo, ainda que a PEC 108/2019 fosse aprovada, seria possível transferir, de modo inquestionável, o poder de fiscalização a OAB e demais Conselhos de Classe.

35- Ainda nesse sentido, parcela substancial da doutrina admite, em situações especiais, a delegação do poder de polícia ao particular, notadamente atos praticados por delegação ou simples contrato de prestação de serviço. O que ocorreria nestas situações seria a transferência das atividades materiais de execução para o particular, não estando presentes prerrogativas devidas à Administração Pública.

36- Tal tema, delegação do poder de polícia ao particular, teve sua relevância reconhecida em sede de Repercussão Geral, nos autos do Recurso Extraordinário 633782/MG, no qual a BHTRANS, sociedade de economia mista responsável pela regulação do trânsito da capital mineira, contra o acórdão do STJ que lhe impediu de aplicar multas, ou seja, de exercer o aspecto sancionador do poder de polícia.

37- Deste modo, ainda que a PEC 108/2019 seja aprovada, ainda seria possível a delegação do poder de polícia aos Conselhos de Classe, mesmo que fossem considerados entidades privadas, com a ressalva relativa ao RE 633782/MG que aguarda o julgamento da Repercussão Geral.



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
AV. MARECHAL CÂMARA, 210, 5º ANDAR
TELS.: (21) 2240-3173
WWW.IABNACIONAL.ORG.BR
IAB@IABNACIONAL.ORG.BR

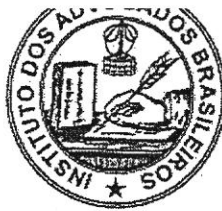
38- Neste tocante, em específico, penso que a PEC traria um avanço no entendimento acerca da função dos Conselhos de Classe existentes hoje no Brasil. Como demonstrado, não há necessidade de diferenciação da OAB para os demais órgãos de Classe, haja vista serem todos, em essência, entidades independentes do Poder Público, com gestão e recursos próprios, sem subvenção estatal. São entidades eminentemente privadas, geridas e bancadas pelos inscritos, com função precípua de fiscalização apenas de seus filiados.

39- Ou seja, são autarquias federais, ainda que especiais, por uma questão meramente formal. Retirá-las da administração pública indireta, ao juízo deste membro do IAB, parece criar uma situação de equivalência entre os outros Conselhos de Classe e à Ordem dos Advogados do Brasil.

40- O afastamento de tais entidades da administração pública, ainda pode garantir-lhes mais autonomia para o cumprimento de suas missões institucionais. Não são raros os casos de julgamentos realizados pelo TCU em que dirigentes de autarquias profissionais têm o mérito administrativo de seus atos controlados pela Corte de Contas, em clara afronta à independência dessas instituições.

DAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DEMAIS CONSEQUÊNCIAS DA
PEC 108/2019

41- Outra consequência complexa é a que PEC 108/2019 estabelece comoceletista o regime de trabalho dos servidores destes órgãos. Uma vez que



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
AV. MARECHAL CÂMARA, 210, 5º ANDAR
TELS.: (21) 2240-3173
WWW.IABNACIONAL.ORG.BR
IAB@IABNACIONAL.ORG.BR

afastados da administração pública, não parece razoável que o RGU subsista à transição.

42- Impende ressaltar que o regime de trabalho dos trabalhadores, salvo melhor juízo, é o estatutário garantido liminarmente em decisão ainda pendente de julgamento da ADI 2135 e existem ações que tratam especificamente do regime de trabalho dos servidores que exercem suas atividades em Conselhos Profissionais, destacando-se a ADI 5367, a ADC 36 e a ADPF 367, inclusive com data marcada para julgamento no STF em 05/09/2019.

43- Com relação a OAB o tema foi abordado na ADI 3026 e o Supremo entendeu que a Lei n. 8.906, artigo 79, § 1º, possibilitou aos "servidores" da OAB, cujo regime outrora era estatutário, a opção pelo regime celetista. Compensação pela escolha: indenização a ser paga à época da aposentadoria. Importante destacar que, na atualidade, as contratações da OAB são realizadas no regime celetista. Portanto, nesse aspecto, a PEC 108/2019 criaria um estado de paridade entre todos os Conselhos, superando distorções.

44- Obviamente, que não se está a discutir o direito à estabilidade dos servidores atuais, uma vez que direito adquirido incorporado ao patrimônio desses servidores, que seriam alocados num quadro em extinção, passando, assim, as futuras contratações a serem realizadas pelo modelo celetista.

45- Importante frisar que a questão não está no âmbito da opinião, mas do debate jurídico. Não faria sentido a manutenção da forma de contratação quando do reconhecimento do caráter independente dos Conselhos e de seu total afastamento do Poder Público.



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
AV. MARECHAL CÂMARA, 210, 5º ANDAR
TELS.: (21) 2240-3173
WWW.IABNACIONAL.ORG.BR
IAB@IABNACIONAL.ORG.BR

46- Assim, ainda que entidades de finalidade pública. De prestação de serviço público. Os órgãos de classe passariam a pessoas jurídicas de direito privado, sem vinculação de qualquer espécie com a administração pública, o que resultaria em sua forma de contratação se dar como a de qualquer outra entidade privada.

CONCLUSÃO

47- Assim, opino pela inconstitucionalidade total do artigo 174-A da PEC 108/2019.

48- De outra forma, opino pela constitucionalidade do artigo 174-B da PEC 108/2019, haja vista a possibilidade de transformação das atuais autarquias especiais em pessoas jurídicas de direito privado, constituídas por lei, com atividade de poder de polícia delegada, a exemplo do que ocorre na Ordem dos Advogados do Brasil.

49- Este é o parecer.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2019

THIAGO MORANI
Membro da Comissão de Direito Constitucional do IAB